

PERPART PERNAMBUCO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.



GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E REFORMA DO ESTADO

CNPJ: 02.534.914/0001-68.

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, apresentamos as demonstrações contábeis e correspondentes notas explicativas referentes ao exercício findo em 31.12.2003. Este exercício foi marcado por grandes realizações na reorganização administrativa da empresa, destacando-se o desenvolvimento das seguintes ações: definição de nova estrutura organizacional; implantação de novos cargos e programas; edição do Regimento Interno; adaptação e modernização das instalações físicas; acompanhamento e adoção de medidas preventivas no trato das novas incorporações previstas pela Comissão Diretora de Reforma do Estado; absorção das atividades da Carteira Imobiliária decorrente de contratos com COHAB-PE, BANDEPE e IPSEP; Implantação do Programa de Regularização dos Conjuntos Habitacionais; implementação dos benefícios criados com a edição da Lei nº 12.302, de 18 de dezembro de 2002, com regularização e baixas de 4.300 contratos de financiamentos, envolvendo recursos na ordem de R\$ 7 milhões, dos fundos estaduais (FUPES, FEMICRO, FUNRIS); incorporação à nossa administração do Fundo de Crédito Renascer, com recursos iniciais na ordem de R\$ 2,5 milhões, destinados ao suporte financeiro à agricultura familiar e pesca artesanal, valorizando espaços econômicos à população de baixa renda; atendimento de mais de 4.600 micros e pequenos empreendedores através do microcrédito realizados com recursos do FUNAVAL através da Agência de Crédito e da Visão Mundial e diversas OSCIPs contempladas com apoio daquele fundo; esforço concentrado para eliminação das pendências de ordem contábil, originárias das empresas extintas e incorporadas, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Pernambuco – EMATER/PE e Companhia de Habitação Popular do Estado de Pernambuco – COHAB/PE, bem como de fatos decorrentes com a absorção da administração dos fundos e programas advindos da privatização do BANDEPE; continuidade ao acordo trabalhista efetivado no final do exercício de 2001, com vistas à negociação e eliminação de volume considerável de processos remanescentes de indenizações trabalhistas, pendentes de solução de negociação, que serão concretizadas em maior escala, no exercício de 2004; instituição de nova comissão interna para proceder levantamentos, ajustes e reclassificações contábeis e estruturação dos controles internos, envolvendo as áreas de bens patrimoniais, créditos e cobrança, registro e Demonstrações Contábeis e arquivos. Face à complexidade das pendências remanescentes da cadeia sucessória das empresas incorporadas, com a agravante da idade das mesmas, corroborada pelas dificuldades de pesquisas de arquivos, documentos e informações de procedimentos, não foi possível, com os recursos humanos e financeiros disponíveis efetivar todos os levantamentos e ajustes necessários, mas os desafios se acrescem para envidarmos todos os esforços possíveis para, no exercício financeiro de 2004, buscarmos efetividade nas soluções para saneamento pleno dos registros contábeis da Companhia.

Balança Patrimonial em 31.12.2003 e 2002 - Em Reais			Demonstrações dos Resultados - Em Reais		
ATIVO	31.12.03	31.12.02			
			2003	2002	
CIRCULANTE					
Caixa e bancos	31.025	148.957		2.986.778 2.710.248	
Créditos a receber	561.591	822.801			
Contas a receber de entidades e agentes	-	121.325			
Adiantamentos a empregados	719.880	599.543			
Estoques	21.967	36.602			
Despesas antecipadas	10.245	26.643			
	1.344.708	1.755.871			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
Depósitos e cauções	3.962.212	3.614.041			
Créditos a receber - carteira imobiliária	501.375.327	524.221.146			
Convênios diversos	-	1.672.097			
Projetos habitacionais	-	40.718.186			
Terrenos para edificações	5.683.858	5.699.282			
Créditos a receber	10.200.495	10.550.947			
Provisão para perdas	(9.930.163)	(10.280.615)			
	511.291.729	576.195.084			
PERMANENTE					
Investimentos	17.564.557	14.132.665			
Imobilizado	10.283.707	11.521.897			
Diferido	4.523	5.547			
	27.852.787	25.660.109			
ATIVOS	540.489.224	603.611.064			
PASSIVO A DESCOBERTO REPRESENTADO POR:					
Patrimônio líquido (Negativo)	267.636.375	146.496.482			
TOTAL	808.125.599	750.107.546			
PASSIVO	31.12.03	31.12.02			
CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	24.049.516	24.498.688			
Fornecedores e credores	906.559	1.043.976			
Provisão de férias	2.314.424	2.114.562			
Salários a pagar	1.365.618	1.414.854			
Consignações	473.580	568.585			
Outras obrigações consignadas	13.915	112.110			
Encargos sociais a recolher	473.525	408.471			
Obrigações tributárias	76.220	97.615			
Outras contas a pagar	18.387	3.650			
	29.691.744	30.262.511			
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO					
Obrigações por depósitos	-	1.525.582			
Empréstimos e financiamentos	596.188.206	577.428.136			
Obrigações fiscais parceladas	40.597.980	34.576.899			
Provisões para contingências	141.647.669	106.314.418			
	778.433.855	719.845.035			
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Passivo a descoberto - (demonstrado no ativo)	-	-			
TOTAL	808.125.599	750.107.546			
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EM REAIS					
	Capital social	Res. de capital	Res. de reav. em ativ. de colig.	Prejs. acumulados	TOTAL
Saldos em 31 de dezembro de 2001	49.370.102	1.932.196	712.505	(127.475.699)	(75.460.896)
Ajustes de exercícios anteriores				(1.767.185)	(1.767.185)
Aumento de capital com reserva	1.485.276	(1.485.276)			
Realização da reserva de reavaliação			(117.473)	117.473	
Prejuízo do exercício				(69.268.401)	(69.268.401)
Saldos em 31 de dezembro de 2002	50.855.378	446.920	595.032	(198.393.812)	(146.496.482)
Ajustes de exercícios anteriores				(38.935.191)	(38.935.191)
Realização da reserva de reavaliação			(44.311)	44.311	-
Prejuízo do exercício				(82.204.702)	(82.204.702)
Saldos em 31 de dezembro de 2003	50.855.378	446.920	550.721	(319.489.394)	(267.636.375)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002					
1. CONTEXTO OPERACIONAL. A PERNAMBUCO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A. - PERPART , é uma companhia fechada de economia mista de capital autorizado, criada pela Lei número 11.314, de 29 de dezembro de 1995, regulamentada pelo Decreto número 19.243, de 07 de agosto de 1996, com a redação dada pelo Decreto número 20.510, de 30 de abril de 1998, Lei Estadual número 11.671, de 27 de setembro de 1999 e Decreto número 21.723 de 27 de setembro de 1999, estando vinculada a Secretaria da Administração e Reforma do Estado de Pernambuco. A Companhia tem como objeto social: a) Geração e gestão de recursos para alocação em investimentos públicos no território do Estado de Pernambuco, e a administração dos créditos diretos e obrigações decorrentes da incorporação de outras empresas públicas e sociedades de economia mista dos quais o Estado de Pernambuco detenha o controle acionário; b) Participação no capital de outras sociedades, públicas ou privadas, como sócia ou acionista, bem como promover projetos especiais de interesse do Estado de Pernambuco, por meio da prestação de apoio técnico, econômico-financeiro e de gestão administrativa; c) Incrementação e participação de investimentos e empreendimentos produtivos e destinados à geração de empregos e ao fortalecimento da economia do Estado de Pernambuco; e d) Prestação de serviços especializados e locação de mão-de-obra.					
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS. As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira (Lei n.º 6.404/76, alterada pelos arts. 4º e 5º da Lei 9.249/95), consoantes com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa 3. A fim de atender o art. 180 da Lei Estadual número 7.741, de 23 de outubro de 1978 (Código de Administração Financeira do Estado de Pernambuco), os ativos e os passivos dos fundos especiais administrados pela PERNAMBUCO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A. – PERPART , foram registrados em contas específicas e sintéticas de compensação descritas na nota 19.					
3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS. 3.1. Apuração dos Resultados. O resultado é apurado pelo regime de competência do exercício. 3.2. Estoques. Os estoques estão demonstrados ao custo médio das compras, inferior ao custo de reposição. 3.3. Créditos a Receber – Carteira Imobiliária. Os valores estão demonstrados pelo valor total de cessão da carteira imobiliária da extinta COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DO ESTADO DE PERNAMBUCO – COHAB/PE ao Governo do Estado de Pernambuco, deduzido das transferências do Tesouro Estadual vinculadas à amortização dos empréstimos, originários da extinta companhia incorporada, junto à Caixa Econômica Federal, conforme notas explicativas de números 6 e 13. 3.4. Investimentos. A Companhia possui investimento relevante					

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2003 e de 2002 - Continuação				
em sua coligada, LABORATÓRIO FARMACÊUTICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO – LAFEPE , o qual, no exercício social de 2003, foi avaliado pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos por não serem relevantes estão registrados pelo custo de aquisição, ajustados de provisão para perdas prováveis no valor de R\$ 17.173, constituída em 31.12.2002. 3.5. Imobilizado. É demonstrado		pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos da correção monetária até 31 de dezembro de 1995. (Vide nota explicativa número 12). 3.6. Diferido. É demonstrado pelos gastos pré-operacionais realizados e necessários para a instalação da Companhia. A amortização das despesas diferidas é calculada e apropriada ao resultado dos respectivos exercícios à taxa de 10% ao ano.		
4. CRÉDITOS A RECEBER		2003		2002
		Circulante	Realizável a L. Prazo	Total
(I) Créditos junto a usinas:	(a)			
Cia. Usina Bulhões	-	-	664.429	664.429
Usina Maravilha S.A	-	-	1.449.985	1.449.985
Usina Bom Jesus S.A	-	-	774.879	774.879
Usina Barão de Suassuna S.A	-	-	724.973	724.973
Usina Cruangi S.A	-	-	1.506.062	1.506.062
Usina Pumaty S.A	-	-	2.869.121	2.869.121
Usina Salgado S.A	-	-	1.063.475	1.063.475
			9.052.924	9.052.924
(II) Outros créditos		561.591	518.553	1.080.142
		561.591	9.571.477	10.133.066
(III) Convênios de entidades extintas				
Imóveis para comercialização	(b)	-	270.332	270.332
Financiamento do B. do Brasil	(c)	-	358.686	358.686
		-	-	-
		-	-	-
Outros convênios		-	-	11.062
		-	629.018	629.018
		561.591	10.200.495	10.762.084
(a) Estes valores referem-se a confissões de dívidas relativas a execução de garantias pelo Banco Sogeral S.A contra a PERPART, a qual foi fiadora de operações de créditos entre as referidas usinas e a mencionada instituição financeira, pertinente a adiantamentos de contratos de câmbios por antecipação de exportação de açúcar. A PERPART está movendo ações judiciais contra as usinas no sentido de reaver os valores pagos ao Banco Sogeral S.A. Atendendo recomendação da Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco, através do Parecer número 12/99 - A, de 26.11.1999, foi suspensa a apropriação das respectivas receitas sobre os valores constantes no contas a receber das usinas. Todavia, constitui provisão para perdas, em 31/12/2002, em valor igual ao montante desses créditos. (b) Corresponde ao valor de diversas unidades habitacionais concluídas e disponibilizadas para comercialização pela extinta COHAB – PE. (c) Corresponde a valores cobrados a maior da extinta COHAB em 1998, sobre parcelas do financiamento junto à Caixa Econômica Federal, administrado pelo Banco do Brasil S.A., cuja recuperação a PERPART está tentando obtê-la.				
5. DEPÓSITOS E CAUÇÕES - ATIVO - R\$				
		2003	2002	
		Circulante	Longo prazo	Circulante
Depósitos:				
Rec. trabalhistas (a)	-	3.962.212	-	3.614.041
	-	3.962.212	-	3.614.041
	=====	=====	=====	=====
Refere-se aos saldos dos depósitos judiciais relativos a diversas causas trabalhistas, que se encontram registrados por seus valores originais.				
6. CONTAS A RECEBER – CARTEIRA IMOBILIÁRIA.				
Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 4 de janeiro de 1999, foi aprovada a cessão da Carteira de Créditos Imobiliários da extinta COHAB – PE , inclusive o respectivo Fundo de Compensação das Variações Salariais – FCVS, para o Estado de Pernambuco; Em contrapartida, o Governo do Estado de Pernambuco assumiu a responsabilidade pelo pagamento das dívidas da extinta COHAB – PE , junto ao Banco do Brasil S.A., Caixa Econômica Federal – CEF e outras entidades controladas pela União. Os saldos em 31.12.2003 e em 31.12.2002 são, respectivamente, R\$ 501.375.327 e R\$ 524.221.146.				
7. CONVÊNIOS DIVERSOS (R\$)				
		2003	2002	
Convênios				
Habitat Brasil – Vila dos Milagres	-	-	1.367.005	
Habitat Brasil – Curado V	-	-	254.047	
Cruzada de Ação Social	-	-	51.045	
	-	-	1.672.097	
	=====	=====	=====	=====
Corresponde a saldos de aplicação relativos a diversos contratos e convênios remanescentes de exercícios anteriores à extinção da COHAB – PE , que foram analisados e regularizados no exercício de 2003, contra o saldo dos recursos recebidos e registrados na conta descrita na nota 15, no valor de R\$ 1.525.582. A diferença de R\$ 146.515 foi apropriada à conta de Lucros/(prejuízos) Acumulados.				
8. PROJETOS HABITACIONAIS EM FASE DE DESENVOLVIMENTO - (R\$)				
		2003	2002	
(a) Projeto Ponte do Maduro - Prog. PAIH		2.424.796	2.424.796	
Projeto Ponte do Maduro - Prog. PAIH	-	-	8.570.417	
TOTAL			10.995.213	
(b) Terrenos c/ Trabalhos de Urbanização	-	22.086.061	22.086.061	
Programa FICAM	-	6.997.811	6.997.811	
Equipamentos Comunitários	-	639.101	639.101	
TOTAL		29.722.973	29.722.973	
TOTAL GERAL	-	40.718.186	40.718.186	
	=====	=====	=====	=====
a. Valor correspondente aos gastos realizados com os projetos Ponte do Maduro, de natureza social que, quando da incorporação da COHAB, já estavam concluídos mas não haviam sido baixados contra o resultado, o que foi feito neste exercício; b. Valor referente a atualizações monetárias dos empréstimos que financiaram aqueles projetos, durante a fase de carência, e respectiva correção monetária complementar pela diferença entre o IPC/90 e a BTN/F, que permaneceram nesta conta, mesmo após as obras terem sido concluídas, valores esses que foram baixados neste exercício.				
9. TERRENOS PARA EDIFICAÇÕES.				
A extinta COHAB – PE registrava nessa rubrica o custo das propriedades adquiridas para construção de imóveis destinados a comercialização, cujo saldo no valor de R\$ 5.683.858 é remanescente da incorporação da COHAB-PE, em 31 de outubro de 1999. Um grupo de trabalho foi encarregado de proceder o levantamento físico e documental junto aos cartórios das cidades onde possivelmente se localizam os terrenos. Ao final, o saldo dessa conta deverá ser regularizado em função dos terrenos que realmente existam.				
14. ENCARGOS SOCIAIS E OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS (R\$)				
		2003	2002	
		Circulante	Longo prazo	Circulante
Obrigações sociais				
FGTS parcelamento	(a)	219.056	3.012.154	201.880
FGTS	-	242.805	-	206.591
Outros Encargos Sociais	-	11.664	-	-
		473.525	3.012.154	408.471
Obrigações tributárias				
COFINS	-	7.861	-	7.300
PIS/PASEP	-	4.323	-	1.582
REFIS-INSS	(b)	38.895	37.575.908	41.996
IR/CSLL - parcelado	(c)	25.140	9.919	46.737
		76.219	37.585.827	97.615
		549.744	40.597.981	506.086
	=====	=====	=====	=====
(a) Parcelamento de débito com o FGTS, realizado em novembro de 2000, referente obrigações originárias da extinta EMATER/PE. (b) Em 29 de novembro de 2000, a PERPART ingressou no Programa de Recuperação Fiscal - REFIS. Esse programa visa a regularização de créditos da União, decorrente de tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal - SRF e pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, relativos aos fatos geradores ocorridos no período de setembro de 1994 até fevereiro de 2000. (c) Ingresso no PAES (em andamento).				

PERPART PERNAMBUCO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A. CONTINUAÇÃO CNPJ: 02.534.914/0001-68.			 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E REFORMA DO ESTADO																																																																																									
15. OBRIGAÇÕES POR DEPÓSITOS (R\$) Convênio: <table><tr><td></td><td>2003</td><td>2002</td></tr><tr><td>Habitar Brasil – Vila dos Milagres</td><td>-</td><td>1.288.547</td></tr><tr><td>Habitar Brasil – Curado V</td><td>-</td><td>112.507</td></tr><tr><td>Cruzada de Ação Social</td><td>-</td><td>100.000</td></tr><tr><td>FIDEM – Decreto Estadual n.º 18.971</td><td>-</td><td>24.528</td></tr><tr><td></td><td>-</td><td>1.525.582</td></tr><tr><td></td><td>=====</td><td>=====</td></tr></table> Saldos baixados no exercício de 2003, conforme nota explicativa nº 7 16. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS Provisões para contingências: (R\$) <table><tr><td></td><td>2003</td><td>2002</td></tr><tr><td>Cíveis</td><td>(a)</td><td>94.437.120</td><td>79.314.418</td></tr><tr><td>Trabalhistas</td><td>(b)</td><td>14.947.647</td><td>15.000.000</td></tr><tr><td>Fiscais</td><td>(c)</td><td>32.262.902</td><td>12.000.000</td></tr><tr><td></td><td></td><td>141.647.669</td><td>106.314.418</td></tr><tr><td></td><td></td><td>=====</td><td>=====</td></tr></table> (a) Corresponde, em 31/12/2003, a 27 processos judiciais que têm como ré constituída principalmente as extintas COHAB - PE e EMOPER. (b) Esse saldo corresponde à estimativa da obrigação junto aos ex-funcionários das extintas COHAB - PE e EMATER - PE, referente a processos de causas trabalhistas daqueles trabalhadores que decidiram não aderir ao Acordo Judicial ocorrido em novembro de 2001. (c) Corresponde ao valor atualizado até 31 de dezembro de 2003 dos autos de infrações lavrados pela Receita Federal nos exercícios de 2000 a 2003, decorrentes da realização a menor do lucro inflacionário, da extinta COHAB-PE, nos anos calendários de 1995 a 1999. A PERPART está questionando estes autos, na esfera administrativa. 17. CAPITAL SOCIAL. O capital autorizado é de R\$ 500.000.000, representado por 500.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, e o seu capital integralizado é de R\$ 50.855.378, representado por 43.543 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. 18. FUNDOS ESPECIAIS. De acordo com a legislação estadual específica, a PERPART administra diversos Fundos Especiais, cujos balanços não foram auditados por auditores independentes. A seguir relacionamos estes fundos com os seus respectivos valores de patrimônio líquido: <table><tr><td>Fundos: (R\$)</td><td>2003</td><td>2002</td></tr><tr><td>PRODEPE</td><td>1.487.298</td><td>7.916.481</td></tr><tr><td>FUPES - PE</td><td>13.200.367</td><td>11.679.972</td></tr><tr><td>FEMICRO</td><td>142.114</td><td>168.817</td></tr><tr><td>FUNRIS</td><td>8.204</td><td>2.035</td></tr><tr><td>FDIS</td><td>118.154</td><td>118.154</td></tr><tr><td>FUNAVAL</td><td>2.137.498</td><td>1.994.476</td></tr><tr><td>FIC</td><td>(a)</td><td>-</td></tr><tr><td>PRORENDA / RENASCE</td><td>(b)</td><td>2.589.922</td></tr><tr><td></td><td></td><td>-</td></tr></table> (a) A administração deste Fundo foi transferida para a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - FUNDARPE, pela Lei Estadual n.º 12.310/2002. (b) Fundo anteriormente adminis-					2003	2002	Habitar Brasil – Vila dos Milagres	-	1.288.547	Habitar Brasil – Curado V	-	112.507	Cruzada de Ação Social	-	100.000	FIDEM – Decreto Estadual n.º 18.971	-	24.528		-	1.525.582		=====	=====		2003	2002	Cíveis	(a)	94.437.120	79.314.418	Trabalhistas	(b)	14.947.647	15.000.000	Fiscais	(c)	32.262.902	12.000.000			141.647.669	106.314.418			=====	=====	Fundos: (R\$)	2003	2002	PRODEPE	1.487.298	7.916.481	FUPES - PE	13.200.367	11.679.972	FEMICRO	142.114	168.817	FUNRIS	8.204	2.035	FDIS	118.154	118.154	FUNAVAL	2.137.498	1.994.476	FIC	(a)	-	PRORENDA / RENASCE	(b)	2.589.922			-	trado pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Social - SEPLANDES e que pelo Decreto Estadual n.º 25.124/2003, passou a ser operacionalizado pela PERPART. 19. PREJUÍZO DO EXERCÍCIO - O prejuízo do exercício de 2003, no valor de R\$ 82.204.702 decorreu principalmente dos seguintes registros contábeis: I. Constituição de provisão para contingências fiscais no valor de R\$ 20.514.933 (despesas administrativas); e II. Atualização de passivos, despesas financeiras no valor de R\$ 15.863.922 e variações monetárias passivas no valor de R\$ 48.177.433 (despesas financeiras). 20. AJUSTES DEVEDORES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - Na conta "Prejuízos Acumulados" foram procedidos os seguintes ajustes: <table><tr><td></td><td>R\$</td></tr><tr><td>CRÉDITOS</td><td>2.222.116</td></tr><tr><td>Resultado da Equivalência Patrimonial – exercício 2002</td><td>2.222.116</td></tr><tr><td>DÉBITOS</td><td>(41.157.307)</td></tr></table> Baixa do saldo da Conta de Projetos em Fase de Desenvolvimento, conforme Nota Explicativa <table><tr><td>Número 08</td><td>(40.718.186)</td></tr><tr><td>Outros Ajustes Devedores</td><td>(439.121)</td></tr><tr><td>Ajuste Líquido</td><td>(38.935.191)</td></tr></table> 21. EVENTOS SUBSEQUENTES - Através da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de janeiro de 2004, foi aprovada a incorporação, a partir de 01 de janeiro de 2004, da Empresa de Abastecimento e Extensão Rural do Estado de Pernambuco - EBAPE, com base no disposto no artigo 51, III, da Lei Complementar número 49, de 31 de janeiro de 2003 e Decreto Estadual número 26.094 de 03 de novembro de 2003. O balanço patrimonial da incorporada levantado em 31 de dezembro de 2003 registra um passivo a descoberto de R\$ 2.635.030, razão pela qual não foram emitidas novas ações por parte da PERPART. Recife (PE), 22 de Março de 2004.		R\$	CRÉDITOS	2.222.116	Resultado da Equivalência Patrimonial – exercício 2002	2.222.116	DÉBITOS	(41.157.307)	Número 08	(40.718.186)	Outros Ajustes Devedores	(439.121)	Ajuste Líquido	(38.935.191)
	2003	2002																																																																																										
Habitar Brasil – Vila dos Milagres	-	1.288.547																																																																																										
Habitar Brasil – Curado V	-	112.507																																																																																										
Cruzada de Ação Social	-	100.000																																																																																										
FIDEM – Decreto Estadual n.º 18.971	-	24.528																																																																																										
	-	1.525.582																																																																																										
	=====	=====																																																																																										
	2003	2002																																																																																										
Cíveis	(a)	94.437.120	79.314.418																																																																																									
Trabalhistas	(b)	14.947.647	15.000.000																																																																																									
Fiscais	(c)	32.262.902	12.000.000																																																																																									
		141.647.669	106.314.418																																																																																									
		=====	=====																																																																																									
Fundos: (R\$)	2003	2002																																																																																										
PRODEPE	1.487.298	7.916.481																																																																																										
FUPES - PE	13.200.367	11.679.972																																																																																										
FEMICRO	142.114	168.817																																																																																										
FUNRIS	8.204	2.035																																																																																										
FDIS	118.154	118.154																																																																																										
FUNAVAL	2.137.498	1.994.476																																																																																										
FIC	(a)	-																																																																																										
PRORENDA / RENASCE	(b)	2.589.922																																																																																										
		-																																																																																										
	R\$																																																																																											
CRÉDITOS	2.222.116																																																																																											
Resultado da Equivalência Patrimonial – exercício 2002	2.222.116																																																																																											
DÉBITOS	(41.157.307)																																																																																											
Número 08	(40.718.186)																																																																																											
Outros Ajustes Devedores	(439.121)																																																																																											
Ajuste Líquido	(38.935.191)																																																																																											
DIRETORIA Assuero Guerra de Moura – Diretor Presidente Edilson Gouveia de Sá Barreto – Dir. Financeiro e de Investimentos José Manoel do Nascimento – Dir. Administração Geral Maria Djanira dos Santos – Contadora CRC-PE 7499/0 CONSELHO FISCAL Mariza Carneiro da Silva – Presidente Paulo Geraldo Cintra Adalberto Francisco Cabral CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Maurício Eliseu Costa Romão – Presidente José Arlindo Soares Mozart de Siqueira Campos Araújo Luiz Gonzaga Leite Perazzo Alexandre de Araújo Albuquerque																																																																																												
PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES Aos Administradores da PERNAMBUCO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A. - PERPART. 1. Examinamos o balanço patrimonial da PERNAMBUCO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A. - PERPART em 31 de dezembro de 2003 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. 2. Exceto quanto aos assuntos comentados nos parágrafos 3, nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria que requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações contábeis. Portanto nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos; a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da PERPART; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da empresa, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. 3. Conforme mencionado nas Notas Explicativas de números 4 (III) e 9, a PERPART, possui bens provenientes da extinta Companhia de Habitação Popular de Pernambuco – COHAB – PE no montante de R\$ 5.954.190, correspondente respectivamente a R\$ 270.332 de Imóveis para Comercialização e R\$ 5.683.858, de Terrenos para edificações. Esses ativos ainda não foram identificados e, portanto, apresentam relevante insegurança patrimonial, que poderá produzir reflexo no patrimônio líquido da empresa. 4. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis ajustes decorrentes do fato descrito no parágrafo 3, as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PERNAMBUCO PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS S/A – PERPART- em 31 de dezembro de 2003, o resultado de suas operações, a mutação do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 5. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2002, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer com ressalva, datado de 15 de abril de 2003, pelos fatos mencionados no parágrafo 3 e também aos seguintes: · O fato da PERPART, possuir débitos correspondentes a recursos da União aplicados em diversos convênios firmados pela extinta COHAB/PE, para realização de projetos habitacionais que não foram identificadas as suas composições e encontravam-se pendentes de prestações de contas. Esse fato foi regularizado durante o exercício de 2003. · A existência de um saldo de R\$ 40.718.186 referente à conta de Projetos Habitacionais em Desenvolvimento cuja análise e composição inexistia, tornando sua realização duvidosa. Esse fato foi regularizado no exercício, mediante reconhecimento de baixa desse valor, na conta de Prejuízos Acumulados como Ajuste de Exercícios Anteriores. 6. Conforme mencionado na Nota Explicativa 11, o investimento relevante da PERPART, na companhia coligada Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco S.A. – LAFEPE, foi avaliado pelo método de equivalência patrimonial, sendo reconhecido no exercício uma receita de equivalência patrimonial de R\$ 1.209.776. Foi contabilizado em Ajustes de Exercícios Anteriores, o valor de R\$ 2.222.116, referente ao complemento da Equivalência Patrimonial do exercício de 2002. 7. Em 05 de janeiro de 2004, conforme Nota Explicativa 20, através da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a incorporação, a partir de 01 de janeiro de 2004, da Empresa de Abastecimento e Extensão Rural do Estado de Pernambuco – EBAPE, que apresenta no seu balanço patrimonial auditado por outros auditores, passivo a descoberto de R\$ 2.635.030. 8. As demonstrações contábeis mencionadas no parágrafo 1 apresentam prejuízos operacionais. Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo excedem os ativos: circulantes, realizáveis a longo prazo e permanente, resultando em patrimônio líquido negativo. A PERPART preparou as suas demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2003, de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária brasileira que se aplicam às empresas operando em regime de continuidade normal. Como consequência, essas demonstrações contábeis não incluem ajustes que poderiam ser necessários, caso a PERPART tivesse que realizar seus ativos e liquidar seus passivos, inclusive obrigações contingentes e demais compromissos, e que não pudesse continuar com suas operações normais. Os recursos necessários para manter a Companhia em regime operacional continuarão sendo aportados pelo Governo do Estado de Pernambuco em função de contrato firmado. Recife, 26 de março de 2004. FERREIRA & ASSOCIADOS AUDITORES INDEPENDENTES S/C - CRC - PE N.º 365. AGUINALDO FERREIRA DA SILVA - Contador CRC-PE N.º 11.565 CONSELHO FISCAL. Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Pernambuco Participações e Investimentos S/A – PERPART, após criterioso exame do Relatório da Administração, das Demonstrações Contábeis, complementadas pelas Notas Explicativas e do correspondente Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2003, resolvem aprová-los, porém recomendando que a administração demande os esforços necessários para a conclusão, até o final deste exercício de 2004, da regularização dos saldos das contas ainda restantes: Terrenos para Edificações (R\$ 5.683.858) e Imóveis para Comercialização (R\$ 270.332), oriundas da extinta empresa incorporada, Companhia de Habitação Popular do Estado de Pernambuco – COHAB-PE, ressalvadas no parecer dos Auditores Independentes acima citado. Recife, 02 de abril de 2004. MARIZA CARNEIRO DA SILVA - Presidente. PAULO GERALDO CINTRA - Conselheiro. ADALBERTO FRANCISCO CABRAL - Conselheiro																																																																																												

(F)

INTERFRUIT BRASIL S.A C.G.C.(MF) 41.052.648/0001-99	
RELATÓRIO DA DIRETORIA - Srs. Acionistas: Em obediência as disposições legais e estatutárias, submetemos ao exame de V. S.as, o balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis –financeiras do exercício social findo em 31/12/2.003 comparativamente com as de 31/12/2.002. Colocamo-nos à disposição dos Srs. Acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. A DIRETORIA. BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2.002 (Expresso em R\$1,00) ATIVO CIRCULANTE-Disponível (54.52 e 0,00). Aplicações Financeiras (1.259,51 e 0,00). Outros créditos (1.421,13 e 1.353,21). Total do Circulante (2.735,16 e 1.353,21). REALIZÁVEL A LONGO PRAZO – Depósito Compulsório (0,00 e 946,57); Acionistas e Coligadas (567.533,62 e 0,00) . Total de Realizável a Longo Prazo (567.533,62 e 946,57).PERMANENTE Imobilizado (0,00 e 520,73). Diferido (0,00 e 1.343.792,80). Total do Permanente (0,00 e 1.344.313,53). TOTAL DO ATIVO (570.268,78 e 1.346.613,31). PASSIVO CIRCULANTE- Obrigações Trabalhistas e Tributárias (0,00 e 11.249,97).Outros Passivos Circulantes ((669,07 e 0,00). Total do Circulante ((669,07 e 11.249,97). EXIGÍVEL A LONGO PRAZO Coligadas (0,00 e 764.431,24). Total do Exigível a Longo Prazo (0,00 e 764.431,24). PATRIMÔNIO LÍQUIDO Capital Social (1.175.002,08 e 1.175.002,08). Reserva de Capital (6.131,33 e 6.131,33). Lucros(Prejuízos) acumulados((610.195,56) e (610.201,31)). Total do Patrimônio Líquido (570.937,85 e 570.932,10).TOTAL DO PASSIVO (570.268,78 e 1.346.613,31). DEMONSTRAÇÃO RESULTADO DO EXECÍCIO Despesas Operacionais Administrativos (0,00) e (0,00)).Financeiras ((0,00) e (0,00)). Total das despesas Operacionais ((0,00) e (0,00)). Resultado não Operacional ((0,00) e (0,00)). Resultado do exercício ((0,00) e (0,00)). DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS 01/01 a 31/12/2.003 ORIGEM DOS RECURSOS Diminuição no Ativo Imobilizado (1.344.313,53).Total das Origens – (1.344.313,53) APLICAÇÕES DOS RECURSOS Diminuição do Exigível a Longo Prazo (764.431,24)). Diminuição do Realizável a Longo Prazo (566.587,05)).Ajustes do período anterior ((8,75)).Total das Aplicações ((1.331,012,54)). Variação do Capital Circulante Líquido ((13.300,99)). DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO PERÍODO FINDO EM 31.12.03 Ativo Circulante (2.735,16) Passivo Circulante ((669,07)) CAPITAL CIRCULANTE (3.404,23) – PERÍODO FINDO EM 31.12.02 Ativo Circulante (1.353,21). Passivo Circulante ((11.249,97)) Capital Circulante ((9.896,76)). Variação ((13.300,99)). DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 31 de dezembro de 2.002. Capital Social (1.175.002,08). Reserva de Capital (6.131,33). Lucros (Prejuízos) ((610.201,31)). Total (570.932,10). Ajuste exercício 2002 (5,75). Total (5,75). Saldo em 31 de dezembro de 2.003. Capital Social (1.175.002,08), Reserva de Capital (6.131,33). Lucros (Prejuízos) ((610.195,56)). Total (570.937,85) NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2.003, foram elaboradas em conformidade com os princípios de contabilidade emanados da legislação societária, os quais, reconhecem as alterações introduzidas pela Lei 9.249/95 que extinguiu a partir de janeiro de 1996, os efeitos inflacionários sobre as demonstrações financeiras. - Nota 1 – Resumo das Principais Praticas Contábeis – Entre os principais procedimentos contábeis adotados na elaboração das demonstrações financeiras destacam-se: a) Ativo e Passivo Circulantes, os Ativos Realizáveis e os Passivos Exigíveis no prazo de um ano são demonstrados como circulante. b) Imobilizado e Diferido – E demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31/12/1995. c) Patrimônio Líquido – É demonstrado pelos valores históricos	
acrescidos de correção monetária até 31/12/1995. d) Exigível a Longo Prazo – Refere-se a adiantamento de acionistas para futuro aumento de capital e empréstimos de coligadas. Nota 2 – CAPITAL – O Capital social está constituído de 788.592 ações ordinárias nominativas no valor de R\$1,49 cada uma. DIRETORIA : Eduardo Garcia Fernandez, Diretor-Superintendente, Gilvan Celso Cavalcanti de Moraes Sobrinho-Diretor Administrativo/Financeiro. Abigail Lopes Lima – Contadora – CRC – PE 58028-0-8.	
NORDESTE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A - C.G.C.(MF) 41.043.902/0001-92 RELATÓRIO DA DIRETORIA - Srs. Acionistas: Em obediência as disposições legais e estatutárias, submetemos ao exame de V. S.as, o balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis –financeiras do exercício social findo em 31/12/2.003 comparativamente com as de 31/12/2.002. Colocamo-nos à disposição dos Srs. Acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. A DIRETORIA. BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.003 E 31 DE DEZEMBRO DE 2.002 (Expresso em R\$1,00) ATIVO CIRCULANTE-Bancos conta Movimento (802,59 e 0,00). Aplicações Financeiras (94.452,73 e 0,00). Acionistas e Coligadas (18.294,51 e 0,00).Outros créditos (6.988,17 e 84,45). Total do Circulante (120.538,00 e 84,45). PERMANENTE Investimento (570.933,38 e 601.753,31). Imobilizado (0,00 e 1.384,38). Diferido (0,00 e 5.713.521,20). Total do Permanente (570.933,38 e 6.316.658,89). TOTAL DO ATIVO (691.471,38 e 6.316.743,34).CIRCULANTE Outros Passivos Circulantes (41.494,94 e 0,00). Total do Circulante (41.494,94 e 0,00). EXIGÍVEL A LONGO PRAZO Coligadas (567.533,62 e 6.234.300,52). Total do Exigível a Longo Prazo (567.533,62 e 6.234.300,52). PATRIMÔNIO LÍQUIDO Capital Social (82.000,00 e 82.000,00). Reserva de Capital (442,82 e 442,82) Total do Patrimônio Líquido (82.442,82 e 82.442,82).TOTAL DO PASSIVO (691.471,38 e 6.316.743,34).DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS 31/12/2.003. ORIGEM DOS RECURSOS .Diminuição do Ativo Permanente (5.745.725,51). Total das Origens (5.745.725,51). APLICAÇÕES DOS RECURSOS NO PERMANENTE Aumento no exigível a longo prazo (5.666.766,90). Total das Aplicações (5.666.766,90). Aumento (redução) do Capital Circulante (78.958,61). Demonstração da Variações no Capital Circulante Período Findo em 31/12/2.003 ATIVO CIRCULANTE (120.538,00) PASSIVO CIRCULANTE (-41.494,94). CAPITAL CIRCULANTE 2.003 (79.043,06). Período Findo em 31/12/2.002 ATIVO CIRCULANTE (84,45). PASSIVO CIRCULANTE (-0,00). CAPITAL CIRCULANTE (84,45). Variação (78.958,61). DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 31 de dezembro de 2.002 Capital Social (82.000,00). Reserva de Capital (442,82). Total (82.442,82). 31 de dezembro de 2.003 Capital Social (82.000,00). Reserva de Capital (442,82). Total (82.442,82). NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2.003, foram elaboradas em conformidade com os princípios de contabilidade emanados da legislação societária, os quais, reconhecem as alterações introduzidas pela Lei 9.249/95 que extinguiu a partir de janeiro de 1996, os efeitos inflacionários sobre as demonstrações financeiras. - Nota 1 – Resumo das Principais Praticas Contábeis – Entre os principais procedimentos contábeis adotados na elaboração das demonstrações financeiras destacam-se: a) Ativo e Passivo Circulantes, os Ativos Realizáveis e os Passivos Exigíveis no prazo de um ano são demonstrados como circulante. b) Imobilizado e Diferido – E demonstrado ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31/12/1995. c)	

Patrimônio Líquido – É demonstrado pelos valores históricos acrescidos de correção monetária até 31/12/1995. d) Exigível a Longo Prazo – Refere-se a adiantamento de acionistas para futuro aumento de capital e empréstimos de coligadas. Nota 2 – CAPITAL – O Capital social está constituído de 100.000 ações ordinárias nominativas no valor de R\$0,82 cada uma. DIRETORIA : Eduardo Garcia Fernandez, Diretor-Presidente, Gilvan Celso Cavalcanti de Moraes Sobrinho-Diretor Administrativo. Abigail Lopes Lima – Contadora – CRC – PE 5828-0-8.	
--	--

(75730)

ADMINISTRAÇÃO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA – ACIL S/A CNPJ(MF) Nº 10.807.873/001-64 NIRE 263.0000.5034	
Extrato da ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada às 11:00 (onze) horas do dia 23 de março de 2004, na sede social na Granja São João, s/nº , Várzea, Recife- PE. CONVOCAÇÃO: Dispensada, face à presença de acionistas representando a totalidade do capital social, nos termos do art. 124, § 4, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente: RICARDO COIMBRA DE ALMEIDA BRENNAND FILHO. Secretário: JOSÉ JAIME MONTEIRO BRENNAND. ORDEM DO DIA: (a) Eleição dos membros de Diretoria para o triênio de 2003/2006 e (b) outros assuntos correlatos. deliberações: Foi aprovada, por unanimidade de votos, pelos acionistas detentores de ações ordinárias e deações preferenciais nos termos do artigo Décimo Quinto do estatuto da sociedade, a reeleição de todos os Diretores para o triênio do 2003/2006, a saber: a) Diretores Gerais: Dr. RICARDO COIMBRA DE ALMEIDA BRENNAND FILHO, brasileiro, separado judicialmente, industrial, portador da Cédula de Identidade RG nº. 740.070- SSP/PE e inscrito no CPF/MF sob o nº 082.641.474-53; b) Dr. JOSÉ JAIME MONTEIRO BRENNAND, brasileiro, casado, industrial, portador da Cédula de Identidade RG nº 916.007 – SSP/PE e inscrito no CPF/MF sob o nº 145.432.734-00; Diretores Adjuntos: a) MARIA DE LOURDES MONTEIRO BRENNAND, brasileira, solteira, arquiteta, portadora da Cédula de Identidade RG nº 916.006 – SSP/PE e inscrita no CPF/MF sob o nº 265.947.064-20; b) RENATA MONTEIRO BRENNAND CARVALHO, brasileira, casada, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 915.350 – SSP/PE e inscrita no CPF/MF sob o nº 326.426.874-49; c) PATRÍCIA MONTEIRO BRENNAND CAVALCANTI PETRIBU, brasileira, casada, arquiteta, portadora da Cédula de Identidade RG nº 915.349 – SSP/PE e inscrita no CPF/MF sob o nº 179.626.414-87; e d) PAULA BRENNAND GUERRA, brasileira, casada, bacharela em letras, portadora da Cédula de Identidade RG nº 1.346.384 – SSP/PE e inscrita no CPF/MF sob o nº 614.247.904-25. Os membros da Diretoria acima reeleitos declararam que têm endereço na granja São João, s/nº, Várzea, Recife/PE, CEP 50.741-904 e que não são impedidos de exercer cargo de administração de companhias, nem tampouco estão incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeça de exercer a atividade mercantil, de forma que foram nos cargos investidos mediante a assinatura no livro de registro de presença de acionistas e/ou no livro de registro de atas das assembleias gerais. Por fim, a Assembleia decidiu ratificar todos os atos praticados pela Diretoria reeleita no período de 21 de dezembro de 2003 até a presente data. ARQUIVAMENTO: Ata arquivada na Junta Comercial do Estado de Pernambuco sob o nº 20040858243 em 01/04/2004. Aos interessados serão fornecidas cópias de inteiro teor desta ata. Recife, 05 de abril de 2004. RICARDO COIMBRA DE ALMEIDA BRENNAND FILHO, Presidente.	
(75665)	

WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORDESTE S.A. CNPJ Nº 7.280.578/0001-28 NIRE Nº 26.0000.0700 ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA EXTRAORDINÁRIA COMUNICAÇÃO CONVOCAÇÃO Seu convocado ou seu representante para a Assembleia Geral Ordinária Extraordinária (conjunção) prevista para se realizar na sede social da Empresa à Rua da BR 101 Sul nº 1 Km 11, Bloco 3, Fases 1 a 6, do Distrito de Guaruapes, Pernambuco, às 11:00 horas do dia 30 de abril de 2004, a fim de deliberar sobre as seguintes Ordens do Dia: I - Na Assembleia Geral Ordinária: a) Exame e aprovação para o triênio de 2003/2006 da Resoluva e Cédula de Administração e Demonstrações Financeiras e balanço e balanço social encerrado em 31 de dezembro de 2003 b) Deliberação sobre a distribuição do lucro líquido do exercício c) Eleição do Conselho d) Proposta de remuneração dos Administradores II - Na Assembleia Geral Extraordinária: a) Deliberação sobre o aumento do capital da empresa de R\$ 31.320.113,93 para R\$ 315.428.377,49, autorizada incorporação no mesmo da Reserva de Substituição para investimento b) Deliberação da extinção do exercício de 2002 no valor de R\$ 7.203.703,48 sem incorporação de novas ações c) Alteração do Artigo 5º das Estatutos Sociais em decorrência do aumento do capital social no item precedente. Ata da Assembleia Geral Ordinária Extraordinária de 2004 QUINTOS DE GUARAPES Uniter: Presidência	
(75658)	